

# HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA E FONTES ARQUEOLÓGICAS

*Plácido Cali*

Museu de Arqueologia e Etnologia  
da Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP.

---

Este artigo apresenta uma análise da inserção da Arqueologia e das fontes arqueológicas na história da cultura brasileira, através de estudo bibliográfico, desde os primeiros relatos de achados arqueológicos do século XVI, seu papel na formação da identidade nacional até a arqueologia acadêmica e as ações de preservação.

Palavras-chave: Arqueologia, Preservação, Cultura.

*This article presents an analysis of the insertion of the Archaeology and the archaeological sources in the history of the Brazilian culture. It was based on bibliographic studies, which remount to the first reports of the archaeological discovers from century XVI, their roles in the construction of the national identity, up to the academic archaeology and the actions of the preservation.*

*Keywords: Archaeology, Preservation, Culture.*

**T**ratar da inserção das fontes arqueológicas na cultura brasileira é tarefa árdua e ampla. Primeiramente, não há bibliografia específica sobre o tema, sendo necessária pesquisa, desde os registros dos primeiros viajantes e cronistas, passando pela bibliografia do século XIX, onde o interesse pelas culturas nativas começa a despertar, até a historiografia contemporânea, fazendo supor ser este um tema mais adequado para uma pesquisa de longa duração.

A primeira questão não é simplesmente saber de que forma as fontes arqueológicas ou a disciplina Arqueologia contribuíram na formação da cultura brasileira, mas saber se, de fato, elas contribuíram. Diferentemente da maioria dos países da América do Sul, no Brasil a história caminhou mais no sentido de encobrir a cultura indígena, do que evidenciá-la e assimilá-la. Tal dúvida inicial seria desnecessária no México, Peru, Bolívia, etc., onde a formação dos Estados Nacionais incorporou a herança cultural dos antepassados.

As fontes arqueológicas não se restringem apenas ao período pré-colonial, mas também oferecem subsídios para a história e cultura dos escravos africanos e do próprio colonizador europeu até nossos dias. Dessa forma, pretende-se estudar o papel das fontes arqueológicas na cultura brasileira, esteja ela presente ou não (pois a sua ausência também seria um dado cultural a ser estudado e explicado), e a relação dessas informações com a sociedade e as forças de poder dentro dela. Isto nos remete a uma análise das políticas culturais governamentais e à política universitária no Brasil, considerando seus investimentos na área e o papel das instituições de proteção, pesquisa e promoção do patrimônio arqueológico.

## **CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

Para tratar o tema, consideraremos *fontes arqueológicas* as informações obtidas através de interpretação da cultura material das sociedades do passado recente ou longínquo. Tais informa-

ções podem se originar de pesquisa arqueológica ou de simples menção de viajantes ou amadores.

## **PERIODIZAÇÃO**

Procurou-se identificar e estudar momentos distintos, correspondentes à potencialidade da inserção das fontes arqueológicas na cultura brasileira a partir de dois critérios. Primeiramente, conforme as fontes estavam mais ou menos disponíveis à sociedade e, em segundo lugar, de acordo com as motivações que resultaram na evidenciação ou ocultamento dessas fontes.

Assim, temos um primeiro momento, entre 1500 a 1838, que corresponde ao intervalo entre o início da colonização e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Período este, já assinalado por Francisco Iglesias (2000:23) como o primeiro período da historiografia brasileira, marcado “por certo número de livros que são mais crônicas históricas que história, mais fontes que obras elaboradas”. Um segundo período seria entre 1838 a 1960, abrangendo o período das pesquisas dos Institutos: Histórico e Geográfico Brasileiro, e de São Paulo, passando pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado em 1937, que assume papel relevante no gerenciamento do patrimônio arqueológico brasileiro, até 1960. Um último período é caracterizado pela arqueologia acadêmica e que chega até os dias atuais (1960-2001).

### **AS PRIMEIRAS FONTES (1500-1838)**

Referências às fontes arqueológicas remontam ao início da colonização portuguesa, quando os primeiros viajantes e cronistas descreviam as novas terras. É a mais forte expressão do olhar estrangeiro.

Fernão Cardim (1548-1625), que viveu quarenta anos no Brasil, escreveu relatos e cartas, cuja primeira divulgação surgiu apenas em 1625, em inglês, na coleção de viagens de Samuel

Purchas. Entretanto, seus textos mais importantes somente foram publicados no século XX, sendo o principal intitulado *Traçados da terra e gente do Brasil*. Destaca-se nesta obra, a narrativa *Do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar*, com uma interessante descrição dos sambaquis (Cardim, 1980:51), colocando-se na vanguarda da interpretação desses sítios, que ainda na primeira metade do século XX, causavam discussão se seriam naturais ou artificiais.

Em outra narrativa, *Do princípio e origem dos Índios do Brasil – E de seus costumes, adoração e ceremonias*, referiu-se às ferramentas que os indígenas utilizavam antes da colonização (Cardim, 1980:94-95).

Segue-se o registro, em 1598, por soldados do capitão-mor Feliciano Coelho, de inscrições rupestres, além de outros cronistas, cujas descrições etnográficas ajudaram aos arqueólogos a compreenderem seus achados.

No século XVIII, Frei Gaspar da Madre de Deus, em suas andanças pelo litoral, observou e examinou alguns sambaquis, chamando-os de casqueiros e apontando a presença no local, de ossos humanos associados a instrumentos de pedra e outros artefatos, esboçando uma interpretação sobre estes sítios<sup>1</sup>.

Segundo André Prous (1982:5), as autoridades coloniais não incentivavam o estudo das antigas culturas indígenas para não “despertar o incipiente nativismo brasileiro”. Isto pode ser observado até fins do século XVIII, cujo interesse limitava-se ao simples e esporádico ato da coleta de objetos exóticos para o Gabinete Real de Curiosidades.

Com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, cresceu o interesse em conhecer melhor nossas terras, sob uma

---

<sup>1</sup> MADRE DE DEUS, Frei Gaspar (1715-1800). 1975. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. São Paulo, EDUSP, pp. 45-46.

ótica menos colonialista, possibilitando sua exploração, por naturalistas, europeus em sua maioria, interessados na natureza e nas populações indígenas. Para Marly Rodrigues<sup>2</sup>, a chegada da Corte portuguesa “implicou a criação de lugares da memória – a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional”.

Se houve ou não alguma influência dessas fontes, só sabermos ao estudar o século XIX, ocasião em que as narrativas citadas foram publicadas. Assim as fontes arqueológicas disponíveis nesse primeiro período eram tão incipientes que pouca influência causaram naquela cultura brasileira que apenas esboçava-se timidamente.

## **AS FONTES ARQUEOLÓGICAS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL (1838-1960)**

Após a criação da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional, surgiram, em 1838, duas instituições que consolidariam os esforços para a formação da identidade nacional brasileira: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional.

O IHGB teve forte caráter conservador, ligando-se às autoridades que poderiam beneficiá-lo, como foi o caso de D. Pedro II. Recebeu, nitidamente, influência do Institut Historique de Paris, fundado em 1833. Seu maior feito foi a edição de uma revista, em 1939, também aos moldes da revista do instituto francês, que é de 1834. Priorizou publicar documentos primários e obras coloniais inéditas, como documentos portugueses e, principalmente, fontes do século XVII.

Em 1840, o IHGB ofereceu um prêmio para quem apresentasse a melhor monografia sobre como escrever a história do Brasil. O desafio interessou a um naturalista alemão, especializado em botânica, que esteve no Brasil entre 1817 e 1820: Kar Friedrich

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, Marly. 2001. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro P.A. & PINSKY, Jaime (Org.). *Patrimônio Cultural e Turismo*. São Paulo, pp. 15-24.

Philipp von Martius. Juntamente com von Pix, já havia escrito uma obra em três volumes, entre 1823 e 1831, só editado pelo Instituto Histórico em 1938 com o título *Viagem pelo Brasil*. Seu rigor como naturalista, que lançou as bases da botânica brasileira, serviram-lhe ao novo empreendimento, chamado *Como se deve escrever a história do Brasil*. Escrita em Munique, 1843, essa monografia ganhou o prêmio do IHGB e foi publicada em 1847.

Mais especificamente no âmbito do tema desse trabalho, chama a atenção sua preocupação para com o estudo do indígena brasileiro. Defendeu arduamente o estudo daqueles que chamava de “raça cor de cobre”. Para ele, era preciso estudar não só os indígenas existentes na época, como aqueles que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses. Sugeriu um estudo comparativo do indígena no contexto americano, no quadro das diversas etnias conhecidas. Apontou, ainda, a importância do estudo da sua mitologia, organização social, construções, etc.

É difícil avaliar, hoje, o impacto dessa obra na produção historiográfica a partir de então. Entretanto, pela falta de referências, parece ter sido pequena, ainda que se perceba mais nitidamente a atenção de alguns autores para aspectos apontados por ele. Talvez mais influências diversas de uma época, que propriamente de sua monografia.

Mas foi um outro botânico que contribuiu mais diretamente com o tema: o dinamarquês Pieter Wilhen Lund. Chegado ao Brasil em 1825, por aqui viveu até sua morte em 1855.<sup>3</sup> Suas primeiras pesquisas remontam a 1834, quando estudou por dez anos as grutas de Lagoa Santa, Minas Gerais, descobrindo a existência do homem num passado remoto e contemporâneo a uma megafauna<sup>4</sup> há muito extinta (Cali, 1999:7).

Mas suas descobertas o levavam a interpretações que não eram aceitas na época. Para entender seu significado, é preciso

---

<sup>3</sup> Viajou à Europa entre 1830 e 1833.

lembrar que se acreditava que a presença do homem na Terra era recente. No Velho Mundo, havia uma tendência em atribuir todos os restos arqueológicos a povos conhecidos, como os vikings ou os fenícios. Esta visão da humanidade se fundamentava também na geologia da época que postulava ser a Terra envolvida por uma série de catástrofes universais, cada qual seguida por uma nova criação. De acordo com este raciocínio, o homem foi criado somente depois da última catástrofe geral.

Finalmente, porém, a idéia do catastrofismo começou a ceder lugar à teoria de Charles Lyell (1830-1833), segundo a qual as forças que produziram as formações geológicas do passado operavam da mesma maneira que as forças geológicas atuais. Isto colaborou para o desenvolvimento da teoria de Charles Darwin sobre a evolução biológica (1859). É nesse contexto que foi criado o termo “pré-história”, proposto pela primeira vez em 1851, por Daniel Wilson. Embora o termo seja hoje repudiado por muitos arqueólogos, por ser conceitualmente equivocado e carregado de uma visão colonialista, foi um avanço na época, permanecendo sua idéia básica.

É possível percebermos o dilema enfrentado por Lund, convencido da antiguidade do homem na América, numa época em que não se concebia o homem antigo sequer no Velho Mundo. A paralisação de suas pesquisas em 1844, segundo André Prous (1982:6), poderia ter ocorrido devido a sua inquietação “pela orientação de suas próprias pesquisas”. Somente no século XX seus apontamentos foram retomados<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Megafauna: fauna composta por animais que já se extinguiram. No Brasil, tivemos, como exemplo, elefantes, cavalos, preguiças e tatus gigantes, que eram caçados pelos homens da época.

<sup>5</sup> IMBELLONI, José. 1937. Fuéguidos y Álgidos. Posicion actual de la raza paleo-americana o de Lagoa Santa. *Anales del Museo Argentino de Ciencias Naturales*. Buenos Aires, 39:79-104.

Em 1876, Domingos Soares Ferreira Pena estudou a cerâmica do Pará<sup>6</sup>, enquanto Tristão Alencar de Araripe estudou as pinturas rupestres<sup>7</sup> e J. M. Paladoff estudou os sítios do Rio Grande do Sul<sup>8</sup>. Já Ladislau Neto<sup>9</sup> e H. Von Ihering<sup>10</sup> dedicaram-se a estudos gerais.

O ano de 1870 foi marcado pelo início de uma discussão longa e polêmica: a dos sambaquis do litoral. Sítios semelhantes na Dinamarca também foram motivos de estudos e debates vinte anos antes, sendo logo elucidados. A questão girava em torno da dúvida se esses sítios seriam naturais ou artificiais. No caso da Dinamarca, Lund foi consultado em 1852 e defendeu a origem artificial, através da comparação com os sambaquis brasileiros que entendia ser de origem indígena<sup>11</sup>.

Esse estudo da Dinamarca incentivou e instrumentalizou pesquisadores no Brasil a defender a mesma hipótese. Ricardo Krone, quem realizou escavações na região de Iguape, publicou um estudo desses sambaquis em 1908.

O Museu Nacional enviou missões para o estudo dos sambaquis e coleta de material arqueológico. Karl von den Stein

---

<sup>6</sup> PENA, Domingos Soares Ferreira. 1876. Apontamentos sobre os Cerâmicos do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 1.

<sup>7</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. 1887. Cidades petrificadas e inscrições lapidárias do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 50.

<sup>8</sup> PALADOFF, J. M. 1898. Arqueologia rio-grandense. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4.

<sup>9</sup> NETO, Ladislau. 1885. *Investigações sobre a arqueologia brasileira*. Arquivos do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. 6.

<sup>10</sup> IHERING, H. von. 1895. A civilização pré-histórica do Brasil meridional. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 1, pp. 34-159.

<sup>11</sup> O estudo e parecer de Lund foram enviados por carta a Dinamarca e nunca foram publicados no Brasil. Não sabemos se não provocou interesse dos humanistas brasileiros ou eles nunca ficaram sabendo a sua existência.



fez escavações em Santa Catarina e Karl Rath<sup>12</sup> em São Vicente e Iguape<sup>13</sup>. Ainda no século XIX, temos as pesquisas de Guilherme Schuch - o Barão de Capanema<sup>14</sup>, Carlos Wiener<sup>15</sup> e Alberto Löefgren<sup>16</sup>. Já nos primeiros decênios do século XX, temos as pesquisas de Alberto Löefgren<sup>17</sup>, novamente, Benedito Calixto<sup>18</sup>, Everardo Backeuser<sup>19</sup>, Sílvio Fróis Abreu<sup>20</sup> e Moyses Gikovate<sup>21</sup>.

Em 1926, Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, de Paris, veio ao Brasil e analisou o sambaqui de Piracão, no Rio de Janeiro, e sambaquis em Santos. Já em 1936, também chegou ao Brasil o americanista argentino Jorge Serrano, permanecendo por aqui durante dois anos, estudando sambaquis do litoral do Rio Grande do Sul.

---

<sup>12</sup> Geólogo chegado ao Brasil em 1845, tendo falecido em São Paulo, onde morava, em 1875.

<sup>13</sup> RATH, C. J. Frederico. 1871. Notícia etnológica sobre um povo que já habitou as costas do Brasil bem como o interior, antes do dilúvio universal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 34.

<sup>14</sup> CAPANEMA, barão Guilherme Schuch de. 1876. Os sambaquis. *Ensaio de Ciência por diversos amadores*. Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> WIENER, Carlos. 1876. Estudo sobre os sambaquis do Sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 1.

<sup>16</sup> LÖEFGREN, Alberto. 1893. Os sambaquis de São Paulo. *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 9.

<sup>17</sup> LÖEFGREN, Alberto. 1903. Os sambaquis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 8.

<sup>18</sup> CALIXTO, Benedito. 1904. Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaém e de Santos. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 6.

<sup>19</sup> BACKEUSER, Everardo. 1919. Os sambaquis do Distrito Federal. Conferência. *Revista Didática da Escola Politécnica*. Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> ABREU, Sílvio Fróis. 1928. Sambaquis de Imbituba e Laguna. *Separata da Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> GIKOVATE, Moyses. 1933. Os sambaquis. *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro.

Mas, apesar de todas as evidências, atestadas pela presença nos sambaquis de instrumentos líticos, sepultamentos, carvões de fogueira, etc., ainda não havia consenso. Herman von Ihering, diretor do Museu Paulista, recusou por muito tempo aceitar a origem artificial dos sambaquis. Conforme assinala Angyone Costa (1980: 63), sempre que eram encontrados esqueletos nos sambaquis, Ihering explicava-os como resultado de um naufrágio. Até 1940, vários autores ainda discutiam a origem artificial ou natural dos sambaquis.

Em Santa Catarina, merece destaque o trabalho do alemão Guilherme Tiburtius, radicado no Brasil desde 1910. Durante muitos anos, Tiburtius colecionou peças arqueológicas, principalmente de sambaquis do Estado de Santa Catarina, sendo alguns pesquisados por ele, que registrou seus estudos em várias publicações<sup>22</sup> (Bruno, 1991:113).

Entre 1880 e 1900, ocorreram as primeiras escavações na Amazônia. Em 1881, J. B. Lacerda realizou um estudo comparativo dos crânios dos sambaquis com os de Lagoa Santa e, aos poucos, pesquisas arqueológicas são desenvolvidas em várias partes do país. Algumas realizadas pelo Museu Nacional, outras por arqueólogos estrangeiros, sendo estes últimos, respon-

---

<sup>22</sup> TIBURTIUS G. et al. 1949. Sobre a ocorrência de bula timpânica de baleia e artefatos derivados nos sambaquis dos estados do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, 4:87-94.

———. 1951. Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoara (Joinville, Estado de Santa Catarina). *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, 5-6:315-346.

TIBURTIUS G. & LEPREVOST, A. 1953. Nota sobre a ocorrência de machados de pedra nos estados do Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, 8:503-554.

———. 1954. Nota sobre a ocorrência de virotes nos estados de Paraná e Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, 9:87-88.

TIBURTIUS G. & BIGARELLA, J. J. 1960. Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina. *Pesquisas; Antropologia*. Porto Alegre, n. 7.

sáveis pela primeira bibliografia especializada sobre Arqueologia Brasileira.

Em 1928, o etnólogo Kurt Nimuendaju escreveu *Les recherches archéologiques au Brésil*<sup>23</sup> e, no mesmo ano Singwal Linné<sup>24</sup> publicou seu *Sammlungen dês Gotemberger Museuns von unteren Amazonas*.

Outros autores, não menos importantes, também deram sua contribuição à Arqueologia Brasileira em formação.<sup>25</sup>

Os primeiros trabalhos de síntese de informações e estudos arqueológicos são de autoria de Ladislau Neto<sup>26</sup>, H. Von Ihering<sup>27</sup> e Teodoro Sampaio<sup>28</sup>. Ladislau Neto pesquisou a bibliografia exis-

---

<sup>23</sup> NIMUENDAJU, Kurt. 1928. Les recherches archéologiques au Brésil. *Journal de la Société dês Americanistes de Paris*. Paris, t. 20.

<sup>24</sup> LINNÉ, Singwal. *Sammlungen dês Gotemberger Museuns von unteren Amazonas*. *International Congress Americanistí*, XXII, Roma, 1928. Vol. I.

<sup>25</sup> BRANNER, John Casper. 1904. Inscricões em rochedos do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, Recife.

GOELDI, Emílio A. 1905. Escavações arqueológicas em 1895. *Memórias do Museu Goeldi*, Belém.

CARVALHO, Alfredo. 1910. *Pré-história sul-americana*. Recife.

IHERING, H. von. 1911. Fósseis de São José do Rio Preto. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 8.

CHILDE, Alberto. 1916. Arqueologia clássica e americanismo. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 19.

LOPES, Raimundo. 1927. Pontas de sílex lascado no Brasil. *Separata do Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro.

HURLEY, Henrique Jorge. 1931. Pré-história americana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 4.

MENDES, Correia, A. A. 1932. *Gravuras rupestres no Brasil*. Porto.

<sup>26</sup> Ver nota 9.

<sup>27</sup> IHERING, H. von. 1904. Arqueologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo v. 6.

Ver também nota 10.

<sup>28</sup> SAMPAIO, Teodoro. 1922. Arqueologia brasileira. *Dicionário histórico geográfico e etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1.

tente, o material do Museu Nacional, além de pesquisar o Pacoval, no Pará. Sua interpretação dos artefatos, entretanto, carece de critérios científicos, deixando-se levar pela imaginação, buscando elos de ligação entre a cultura marajoara com outras da Índia, Saara, etc.

Postura diferente foi a de von Ihering em seu artigo para a Revista do Museu Paulista <sup>29</sup>. Dotado de uma conduta racional, quase cartesiana, pecou por não utilizar toda a bibliografia disponível e, como assinalou Angyone Costa (1980: 40), por ter hipóteses estabelecidas a priori: “Aqui não há poesia nem hipóteses avançadas, não há vôos de inspiração. Tudo medido e calculado, mas o trabalho prejudica-se pelo pressuposto das conclusões”.

Já Teodoro Sampaio, em *Arqueologia Brasileira*, explorou as fontes disponíveis, mas, por vezes, estabeleceu relações perigosas entre padrões decorativos indígenas e hieróglifos, buscando uma escrita indígena. Era, portanto, um momento de incertezas, no qual se esboçavam as primeiras teorias, havendo mais dúvidas do que teorias científicas claras, como se observa pelo discurso de Sampaio (Costa, 1980:42): “A pré-história indígena é ainda um enigma indecifrado quanto aos primeiros íncolas da nossa terra, à sua origem, às suas migrações, (...)”.

Conforme assinalou Prous (1982:10), a arqueologia praticada no Brasil até a primeira metade do século XX foi desenvolvida por pessoas de áreas diversas da arqueologia. Apesar dos resultados obtidos, eram achados isolados que não refletiam um quadro do povoamento pré-colonial do Brasil.

Angione Costa, designado para professor da cadeira de Arqueologia Brasileira no curso de Museologia do Museu Nacional, reuniu apontamentos de suas aulas e, com mais pesquisas, escre-

---

<sup>29</sup> IHERING, H. von. 1904. Arqueologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6.

veu uma obra pioneira intitulada *Introdução à Arqueologia Brasileira*. O livro foi lançado em 1934, e prontamente reconhecida a sua importância pelas mais diferentes personalidades, tais como: Alfred Metraux, Paul Rivet, Monteiro Lobato, Gustavo Barroso, Luís da Câmara Cascudo, Jorge Amado, Érico Veríssimo e muitos outros.

Escreveu Alfred Metraux sobre o livro: “Possa ele incitar os seus compatriotas a imitarem os bandeirantes a irem ao sertão, não para procurarem ouro, mas documentos humanos que esclarecerão o mistério passado do homem americano. Essa obra abriu o caminho, possam os seus discípulos continuá-la” (Costa, 1980:16).

O Prof. Kaudern, diretor do Museu de Etnografia de Gottenburgo, declarou que o trabalho de Angione Costa “completará as obras que possuímos sobre o Brasil, como as de um Capistrano de Abreu, um Goeldi, um Neto, um Barbosa Rodrigues, um Roquete-Pinto e outros autores eminentes desse país”.

O sucesso de seu livro o incentivou a escrever outros trabalhos: dois livros e cinco artigos. Manteve, contudo, apenas o caráter de síntese e divulgação da arqueologia brasileira, pois, embora tenha visitado alguns sítios de Iguape e Lagoa Santa, nunca desenvolveu pesquisas próprias<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> COSTA, J. Angyone. 1935. Civilizaciones pré-colombianas en el Brasil. *Revista Geográfica Americana*, Buenos Aires.

———. 1936. *Arqueologia geral*. São Paulo, Ed. Nacional.

———. 1938. *Migrações e cultura indígena*. São Paulo, Ed. Nacional.

———. 1941. Una pieza de culto sexual en la Arqueología amazónica. *Actas y trabajos del XXVII Congreso Internacional de Americanistas*, Lima, t. 1, pp. 297-304.

COSTA, J. Angyone. 1942. Das inscrições lapidares de fundo indígena, especialmente das de natureza petrográfica, do ponto de vista da ideologia selvagem. *Anais do III Congresso de História Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 6.

Pelo menos no meio intelectual, parece que a obra obteve impacto. Sendo um trabalho de sistematização de pesquisa de diversos autores, o livro refletiu, também, um reconhecimento pelas pesquisas desenvolvidas até então. Por outro lado, demonstrou que tais informações, ainda que existissem dispersas, eram desconhecidas pela maioria. Isto revela, mais uma vez, o alcance limitado da bibliografia existente, e da inserção das fontes arqueológicas na cultura brasileira.

Sob a ótica da Arqueologia contemporânea, deve-se reconhecer, entretanto, o caráter descritivo e limitado da obra de Angyone Costa. Escreveu André Prous (1982:11) sobre o livro: “apesar de repleto de informações, não consegue ir além de uma simples compilação de dados já conhecidos, sem nenhuma visão globalizante dos problemas, ilustrando perfeitamente a mediocridade da arqueologia dessa época”.

### **FONTES CIENTÍFICAS, UNIVERSIDADE, PESQUISA, PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO (1960 - 2001)**

Podemos dizer que esse período corresponde à profissionalização da arqueologia, à inserção da Arqueologia na academia, o desenvolvimento de centros de pesquisa e a criação de importante legislação para a proteção do patrimônio arqueológico. Mais recentemente, o aparecimento da chamada “Arqueologia por contrato” impôs uma nova realidade “empresarial” ou “comercial” à Arqueologia, cujo impacto ainda não foi precisamente avaliado. Outra importante faceta a ser considerada refere-se à

---

———. 1943. Manifestations of art in Brazilian Archaeology. *The studio*. Londres.

———. 1954. As aculturações oleiras e a técnica da cerâmica na Arqueologia do Brasil. *Espírito e nervo do Mundo latino*. Rio de Janeiro, Organização Simões.

criação de Museus de Arqueologia e da inserção da Arqueologia nos Museus Regionais.

## **A ARQUEOLOGIA NA UNIVERSIDADE**

O humanista Paulo Duarte, ao retornar do exílio, no qual permaneceu por sua oposição ao Estado Novo, propôs duas importantes medidas: “o desenvolvimento de instituições arqueológicas acadêmicas e a proteção ao patrimônio” (Funari, 1998: 16). A instituição criada em São Paulo foi o Instituto de Pré-História – IPH, vinculado à Universidade de São Paulo, dando-lhe um caráter científico juntamente com pesquisadores que ele ajudou a trazer ao Brasil.

Apesar do papel desempenhado, com várias pesquisas importantes e com relevância reconhecida por outros institutos no exterior, passou por momentos difíceis ao longo de sua trajetória. Teve seu fechamento, com a fusão com o Museu de Arqueologia e Etnologia, também da USP, em 1989. Esses percalços, de origem política, serão abordados mais adiante.

A despeito da origem humanista do IPH, ganhava espaço e financiamento outra linha de pesquisa importada pelo Governo Brasileiro, através de parceria entre o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Smithsonian Institution, dos Estados Unidos. Surgia em 1965, o Pronapa – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, em atividade até 1971.

Pretendia-se, através do Pronapa, o estabelecimento de quadros gerais do povoamento do território brasileiro, identificando-se suas principais culturas, através de prospecções arqueológicas rápidas. Dentro de uma abordagem histórico-culturalista, de concepção positivista, o Pronapa fez vários seguidores e serviu de referência a instituições, como o Instituto Anchieta de Pesquisas de São Leopoldo (RS) e ao Museu Paraense Emílio Goeldi, com um projeto para a Baía Amazônica.

Outras instituições mostraram-se menos permeáveis a essa abordagem, entre elas o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, além do próprio IPH. Nesse sentido, foi marcante a influência da escola francesa, humanista, já presente pela contribuição de pesquisadores franceses que vieram ao Brasil, a qual se consolidaria no campo da metodologia de escavação arqueológica, através de Luciana Pallestrini<sup>31</sup>. Essa arqueóloga adaptou o método de superfícies amplas de André Leroi Gouhran<sup>32</sup> aos sítios brasileiros.

De maneira geral, a partir da década de 1980, outras abordagens foram sendo incorporadas à Arqueologia brasileira, como a Arqueologia Processual e, mais recente e raramente, a Arqueologia Pós-Processual.

Uma das características da arqueologia acadêmica no Brasil é o seu distanciamento da comunidade, do ensino não universitário e do público em geral. Ao contrário de outros países, nos quais a Arqueologia se expressa nos meios de comunicação, nas escolas, atingindo a sociedade, que pode até visitar sítios arqueológicos sendo escavados, no Brasil, muitos arqueólogos propugnavam a Arqueologia como um conhecimento técnico e fora do alcance do cidadão comum, que não tinha o direito de usufruir o conhecimento produzido. Assim, o resultado das pesquisas circulava sempre entre os “especialistas”, dando à Arqueologia um caráter de sociedade secreta, uma maçonaria arqueológica ou uma prática monástica, cujo produto permanecia enclausurado no monastério acadêmico das revistas especializadas, ainda que todas as pesquisas fossem financiadas com dinheiro público.

---

<sup>31</sup> PALLESTRINI, Luciana. 1975. Interpretação de estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. *Série Arqueologia*. São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, n° 1.

<sup>32</sup> LEROI-GOURHAN, André. 1972. Fouilles de Pincevent. La section 36. *Gallia Prehistoire*. Paris, CNRS. VII<sup>e</sup> Supplément.



## A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A proteção legal do patrimônio arqueológico contou com a colaboração de poucos personagens, destacando-se mais uma vez Paulo Duarte, que desempenhou importante papel na promulgação de uma legislação preservacionista do patrimônio arqueológico (Blasis, 1991:167).

Não por acaso, Paulo Duarte focalizou sua atenção e esforços sobre os sambaquis (Blasis, 1991:165), porque os fascinava enquanto objeto de estudo, mas também por preocupar-se com a acelerada destruição, utilizados para fins comerciais.

Mas, os seus sucessores preferiram apenas o caminho da pesquisa ao da preservação. Postura esta que chega até nossos dias, apenas recentemente dando sinais de mudanças. Afinal, mesmo a escavação sistemática é uma forma de destruição. Alain Ferdière (1980), em seu artigo *La Fouille pour quoi faire?*, já questionou os fundamentos e motivações do arqueólogo para a escavação, atividade destrutiva comparada com “a imagem do livro que se arranca e queima as páginas com fúria a medida em que se lê – bem ou mal (...)” (Ferdrière, 1980:25).

Foi na esfera governamental, não-acadêmica, que a preservação do patrimônio arqueológico encontrou espaço, inserindo-se nas políticas de proteção ao patrimônio cultural, ainda que de forma periférica.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1937 pelo esforço de alguns intelectuais ligados ao movimento modernista, nasceu no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional e procurou delinear um perfil para a “nação brasileira”, restaurando e conservando bens culturais que dessem suporte à construção de uma identidade nacional.

Coube ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), denominação atual, o papel de identificação, pro-

moção e gerenciamento dos bens tombados e do conjunto do patrimônio cultural da União.

Em fins dos anos 60, a política de preservação do patrimônio cultural foi adotada também pelos estados, quando foi criado, no caso de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

A partir de fins dos anos 70 e início da década de 80, foi o momento dos municípios se preocuparem em assumir suas atribuições constitucionais para a defesa do patrimônio cultural. Em algumas cidades foram criados Conselhos Municipais de Preservação para estabelecer as diretrizes de proteção do patrimônio local, e, por vezes, órgãos municipais, como Departamentos ou Diretorias específicas para coordenar as políticas municipais (quando o caso, em conjunto com os conselhos municipais) e executá-las através do reconhecimento, proteção, tombamento, valorização e divulgação do patrimônio cultural (Cali, 2001a).

Algumas cidades optaram celebrar convênios com Universidades Públicas e Privadas<sup>33</sup> para a realização de trabalhos na área de arqueologia, principalmente em relação à pesquisa em sítios arqueológicos e à constituição de Museus Regionais, utilizando-se o acervo proveniente das escavações (Cali, 2001c).

Embora a Constituição Federal conceba o patrimônio cultural brasileiro de forma abrangente, as atuações governamentais têm privilegiado alguns setores, particularmente o patrimônio edificado, com inventários e restaurações, principalmente nos centros históricos mais conhecidos. Geralmente edifícios de uma elite social, cuja

---

<sup>33</sup> No Estado de São Paulo, coube ao Instituto de Pré-História, desde sua criação em fins de 1959 até 1989, com a fusão ao Museu de Arqueologia e Etnologia, ambos da Universidade de São Paulo. Dentre as Universidades particulares, podemos destacar o Instituto de Pesquisa em Arqueologia, da Universidade Católica de Santos, criado em 1992 e o Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas – NAUBC (Mogi das Cruzes), criado em 1995.

monumentalidade é visível por todos, atingindo, assim, resultados eleitoreiros imediatos. Na maioria das vezes, a ausência de uma proposta adequada de uso do Bem restaurado e de um programa educacional, faz com que não se estabeleçam vínculos históricos e culturais da comunidade com aquele patrimônio.

O privilégio recebido por algumas áreas do patrimônio cultural e a falta de uma política em longo prazo são sintomáticos da precariedade com que a matéria vem sendo tratada por alguns setores do Poder Público.

Se considerarmos os dados oficiais do Iphan sobre os “Principais projetos executados com recursos da ‘Dotação Extra’<sup>34</sup>, nos anos de 1995, 1996 e 1997, notaremos que, dentre os cerca de vinte principais projetos, apenas dois são de arqueologia.

## ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO

No plano do ensino universitário, a Arqueologia insere-se no contexto da vida acadêmica de forma singular. Introduzida inicialmente na USP através da criação do IPH, a Arqueologia ganha

---

<sup>34</sup> Principais projetos executados pelo Iphan, entre 1995 e 1997, com recursos próprios:

1995: Recuperação do Centro Histórico de Salvador (BA); Centro de Artes e Conservações de Ouro Preto (MG); Exposição Permanente do Museu do Homem Americano (PI); Adequação da Casa França-Brasil (RJ); Conservação do Prédio do Museu de Arte Moderna (RJ)

1996: Museu Aberto do Descobrimento (BA); Construção do Anexo do Teatro Municipal (RJ); Preservação e Valorização do Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões (RS); Obras emergenciais no Museu Nacional (RJ); Restauro e reforma de diversos museus do Rio de Janeiro, como o Palácio Capanema, Arquivo Histórico do Itamaraty e Museu Histórico Nacional (RJ);

1997: Construção de depósito climatizado na Cinemateca Brasileira (SP); Complementação da obra do Arquivo Público Mineiro (MG); Restauro e reforma da Pinacoteca do Estado (SP); Reforma e modernização de teatros, em diversos Estados; construção de centros e espaços culturais em todo em vários estados.

Dados fornecidos pelo Iphan.

seu espaço na pós-graduação. Permanece assim, até os dias atuais, após a mal sucedida experiência do curso de graduação em uma universidade privada, que depois de anos sem reconhecimento do Ministério da Educação extinguiu o curso.

Atualmente, apenas a USP e a Universidade Federal de Pernambuco possuem pós-graduação em Arqueologia. Recentemente, está sendo implantado o curso junto à área de Geografia, na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju, graças a um convênio com o MAE/USP.

Muitos são os problemas do ensino da Arqueologia. Para Funari (2000:76) “A arqueologia acadêmica brasileira é recentíssima, o número de arqueólogos profissionais reduzidíssimo e os centros de formação pouco numerosos”.

Além dos problemas históricos das universidades, comuns a todas as áreas, destacam-se na arqueologia os problemas de formação do quadro docente, com vários pesquisadores que ingressaram e permaneceram anos nas instituições IPH/MAE sem concurso, depois efetivados através de “concurso de efetivação”, prática estranha ao regime democrático. Tal fato é preocupante se lembrarmos como muitos docentes ingressaram em universidades brasileiras, e como garantiram sua manutenção no cargo. Lembremos Funari (2000:77) “a ascensão acadêmica, com destaque na arqueologia, de personagens cuja vinculação com altos hierarcas do regime militar era explícita, até mesmo por laços matrimoniais”.

Tal quadro compromete qualquer discussão sobre a implantação de um curso de graduação em Arqueologia no Brasil, se quisermos garantir um nível de qualidade, sem que, antes, a disciplina seja democratizada. Onde aqueles que se opõem à estrutura vigente não sejam ameaçados de expulsão ou até mesmo expulsos, como nos casos de Walter Neves e Solange B. Caldarelli.

Esse contexto acadêmico, ligado à conseqüente falta de teorização na Arqueologia, irá refletir no alcance e qualidade das fontes arqueológicas na educação básica e fundamental. Essa situ-

ação é demonstrada pelos estudos de Norma Abreu Teles (1984) e Camilo de Mello Vasconcelos (1994).

A primeira autora, em sua *Cartografia brasílis ou: esta história está mal contada*, mostra a omissão dos manuais de História do Brasil das décadas de 1960 e 70, sobre o período pré-colonial.

Por sua vez, Vasconcelos, em seu *Pré-História Brasileira no Livro Didático de 1º Grau*, estudou o fenômeno nos principais livros didáticos das décadas de 1980 e 1990. Constatou Vasconcelos, entre outras coisas, que a maioria dos livros sequer tratava explicitamente do período pré-colonial. Alguns livros mostraram apenas alguns vestígios materiais, outros utilizaram termos próprios de um momento do desenvolvimento do homem na Europa, como Neolítico e outros. Uma grande parte reforça uma visão eurocêntrica e preconceituosa com relação às sociedades tribais, reforçando e utilizando livremente o termo pré-história, sem uma reflexão crítica dos valores que ele carrega. Também foram encontradas informações equivocadas, como aquela que dizia serem os sambaquis os mais antigos vestígios de pedra lascada<sup>35</sup> (Vasconcelos, 1994:18).

Fica claro, portanto, a falta de inserção da Arqueologia no ensino, permitindo que autores de livros didáticos e professores recorram mais à jornais e revistas populares do que à bibliografia especializada. E as razões que levam à compreensão desse quadro serão apontadas e analisadas adiante.

## **CULTURA BRASILEIRA E FONTES ARQUEOLÓGICAS**

A Cultura aqui deve ser entendida como um conjunto de valores materiais e espirituais determinados historicamente. Surgida inicialmente como uma forma do homem se adaptar ao meio ambiente, ganhou nas sociedades complexas uma

---

<sup>35</sup> PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. 1990. *História e vida. Brasil: da pré-história à Independência*. São Paulo, Ática, 4ª ed., v. 1.

abrangência tamanha que se torna difícil de ser definida sem cair em armadilhas ou conceitos reducionistas.

A cultura “brasileira” surge juntamente com a invenção do próprio Brasil, sendo, portanto, a cultura da sociedade nacional. Ela vai englobar, de início, a mescla entre portugueses e indígenas e, depois, acrescentando o africano e os imigrantes. Existiam em nosso território, entretanto, centenas de culturas indígenas, que infelizmente se perderam, e algumas poucas ainda existentes, já se incorporando à cultura brasileira.

A cultura europeia insere-se com mais força na cultural brasileira, com a vinda da corte portuguesa em princípios do século XIX. Se de um lado, a transposição da corte tentou adaptar o território aos padrões portugueses, como se observa, principalmente, na configuração urbana das cidades de então, o europeu também precisou se adaptar ao novo ambiente, à culinária, ao vestuário mais leve, e, por que não?, aos banhos freqüentes aprendidos com os indígenas.

O conhecimento do novo território estimulava-se pelos levantamentos de plantas e animais e pelo incentivo às expedições científicas. Desde a colônia, a atividade intelectual é um caminho, por vezes o único, de ascensão social da camada intermediária, fazendo com que essa fosse a finalidade da cultura. A cultura era, nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1972:36), “cultivada para ser ostentada, exteriorizada, não para prazer próprio ou pela utilidade em si”.

Séculos depois, com o desenvolvimento do capitalismo, algumas manifestações culturais foram assimiladas pelo mercado, tornando-se produtos comerciais. Tudo se tornou objeto de troca<sup>36</sup>, e a cultura não ficou de fora.

---

<sup>36</sup> “Veio, finalmente, um tempo em que tudo o que os homens tinham encarado como alienável tornou-se objeto de troca, de tráfico, e podia ser alienado. Este foi o tempo em que as próprias coisas que, até então, eram transmitidas, mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; adquiridas, mas jamais compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc. – em que tudo enfim passou ao comércio”. Marx, Karl. *Oeuvres*, Paris, 1963, v. 1, pp. 11-12.

A cultura brasileira assimilou, não resta dúvida, vários aspectos das culturas indígenas, sendo um dos exemplos, a língua tupi-guarani, corrente ainda no século XIX em São Paulo, cujos traços permanecem em vários nomes ainda utilizados e cujo significado vai se perdendo rapidamente. Mas são elementos herdados das sociedades que conviveram por muito tempo com os portugueses.

O conhecimento dessas sociedades foi incorporado à nossa cultura através da memória ou através de resultados de pesquisa histórica, antropológica, lingüística, etc. Disciplinas estas que, juntamente com dezenas de outras do mundo acadêmico, contribuíram de forma expressiva para a formação e compreensão da cultura brasileira.

Mas no caso da Arqueologia, será possível dizer o mesmo? E em caso positivo, de que forma? Retornamos, portanto, a análise da inserção das fontes arqueológicas nos diferentes períodos já analisados.

No primeiro período estudado (1500-1838), do início da colonização à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, observa-se que as referências à cultura material das sociedades pré-coloniais eram escassas e, ainda assim, somente surgiram no Brasil, após sua publicação no século XIX. Já a criação do Museu Nacional, em 1808, apenas viria contribuir para os primeiros estudos arqueológicos, décadas mais tarde. Portanto, concluímos tratar-se de período estéril para nosso tema.

Já entre 1838 a 1960, abrangendo o período das pesquisas dos Institutos: Histórico e Geográfico Brasileiro, e de São Paulo, e criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, corresponde a um período com maior potencial de inserção das fontes arqueológicas na cultura brasileira. Foram anos de intenso aprendizado, do levantamento de informações às primeiras hipóteses científicas.

Era, contudo, uma arqueologia incipiente, quase de amadores e na qual, pela primeira vez, esboçaram-se os contornos de uma disciplina com relações íntimas com o Poder. Passou-se pelo momento de formação do Estado Nacional, do Império à República.

No século XVIII, como resultado das revoluções norte-americana, holandesa e francesa, “pátria” tornou-se o território do povo organizado sob a forma de Estado independente (Chauí, 2000:16). Explica Chauí, porque os revoltosos do século XVIII e início do XIX, falavam em “pátria mineira”, “pátria pernambucana”, etc. A partir da independência, é que se passa a falar em “pátria brasileira”. Para Eric Hobsbawm<sup>37</sup>, o termo “nação” surge apenas em 1830. Até então, o termo era utilizado apenas para os índios, os negros e os judeus.

No Brasil, assim como em vários outros países, buscou-se no passado elementos que aglutinassem uma identidade nacional, homogênea, que encobrisse as contradições regionais, sociais e culturais, a fim de sustentar a posição das elites na estrutura da nova nação brasileira. E o instrumento utilizado para isso foi a ideologia.

O indígena era um dos elementos, inserido de forma periférica na identidade nacional. Mas a visão que o nacional fazia do indígena brasileiro era coberta de preconceitos. Racismo que chega, em menor escala, aos dias atuais, e que, segundo José Saramago, “com raízes tão antigas, provavelmente, como o dia em que se deu o primeiro encontro entre hominídeos ruivos e hominídeos negros”.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> HOBSBAWM, Eric. 1990. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

<sup>38</sup> SARAMAGO, José. 1996. Os escritores perante o racismo. In: Schwarcz, Lilia M.; SILVA, Renato da, (orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo, Estação Ciência/Edusp, pp. 77-81.



Ainda que os sítios arqueológicos brasileiros não tenham a monumentalidade de outros da Antiguidade Clássica, do Oriente ou mesmo do restante da América (Mesoamérica e Andes), os arqueólogos, até fins dos anos 50 do século XX, possuíam testemunhos suficientes para mostrar a riqueza e diversidade cultural das sociedades pré-coloniais, a fim de alterar sensivelmente a imagem dos povos do passado.

Ao invés disso, era possível um profissional da área, como no caso extremo de Ihering, diretor do Museu Paulista, defender o extermínio dos índios como medida para possibilitar o “progresso”.

Quase concomitantemente, na literatura, o romantismo tentava mudar a concepção do índio brasileiro, depois os modernistas, que deram origem ao SPHAN e à política preservacionista. Historiadores, distantes do positivismo que reinava na Arqueologia, realizavam estudos sob o viés do marxismo ou sob a influência da escola dos Annales.

Permanecia a Arqueologia distante e deslocada no tempo até seu ingresso na academia, ganhando novos ares.

Nesse contexto, a Arqueologia que se popularizava era a que ficou conhecida como “Arqueologia Fantástica”, já esbarrada por Ladislau Neto e Teodoro Sampaio, que relacionavam pinturas com hieróglifos, este último, e ligações entre a cultura marajoara e aquelas das distantes Índia e Saara, o primeiro.

O último período analisado vai desde 1960 até nossos dias. Se considerarmos a arqueologia acadêmica, a proteção do patrimônio arqueológico e suas relações com a educação, podemos constatar problemas de longa duração.

Enquanto a História, a Antropologia, a Geografia e outras ciências sociais conseguiram ter suas pesquisas absorvidas na educação, na mídia e na cultura brasileira, constatamos a

distância entre os trabalhos arqueológicos científicos e a educação. Distância esta que também pode ser observada em relação à sociedade. A mídia, embora mantenha seus vínculos com a disciplina, procura veicular notícias a partir de um certo prisma não científico, estabelecendo prioridades, como por exemplo, os sítios mais antigos. E os jornalistas, na impossibilidade de fazer pesquisa em bibliotecas especializadas, freqüentemente misturam arqueologia com paleontologia, entre outros equívocos.

A falta de alcance das fontes arqueológicas tem origem no desenvolvimento da ciência no Brasil. Surgida com pesquisadores amadores, não foi acompanhada de uma reflexão crítica e teórica. A busca freqüente por novos dados, que resultavam em trabalhos descritivos, impossibilitou, primeiramente, interpretações científicas satisfatórias e, em segundo lugar, uma visão social e política daquela prática.

O Pronapa veio reforçar tais problemas, na medida em que se limitava à tentativa de identificação de culturas arqueológicas, e por manter vínculos com o regime autoritário brasileiro (Funari, 1999). Após uma origem Humanista, através de pesquisadores estrangeiros, principalmente franceses e, depois, da influência empirista da Arqueologia Histórico-Cultural norte-americana, a Arqueologia brasileira manteve-se isolada. Constatam-se projetos de pesquisadores estrangeiros somente há pouco mais de uma década.

Para Cristiana Barreto (1999:203-204) o isolamento tem origem externa. Ou seja, partiu do desinteresse da comunidade internacional pela arqueologia brasileira. Os motivos, para a autora, seriam a língua portuguesa, a ausência de um patrimônio monumental, as condições inóspitas das florestas tropicais e, principalmente, “o caráter essencialmente descritivo e aparentemente ‘ateórico’ da produção brasileira”.

A autora busca, portanto, fatores externos para explicar a pobreza teórica<sup>39</sup> da Arqueologia brasileira e seu isolamento. Ora, um isolamento, quando não há impedimentos externos, é sempre causado por motivações internas. Não podemos explicar a pobreza teórica da Arqueologia brasileira porque não vieram ao Brasil arqueólogos estrangeiros, detentores do “saber”. Não foi necessário um grande número de historiadores vir para o Brasil para que a disciplina História se desenvolvesse. Não foi preciso a vinda de historiadores marxistas ingleses para que acontecessem estudos marxistas da sociedade brasileira, tampouco a presença dos fundadores da Escola dos Annales para os estudos das mentalidades no Brasil. O mesmo raciocínio estende-se à Antropologia, à Geografia, etc.

Se a Arqueologia brasileira não acompanhou o desenvolvimento dos quadros teóricos internacionais, foi por falta de motivação interna. A comparação entre os principais expoentes da Arqueologia e das outras ciências sociais mostra a falta de representantes daquela ciência. Enquanto todas as demais ciências sociais têm intelectuais como Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado, Gilberto Freyre, Milton Santos, Antonio Cândido, Florestan Fernandes, entre tantos outros, quem poderia ser lembrado como digno representante da Arqueologia brasileira? Talvez Paulo Duarte, mais citado do que lido pelos arqueólogos, muito celebrado, mas pouco seguido.

Ainda assim, a introdução da Arqueologia brasileira na academia foi um ato revolucionário. A idéia, de autoria de Paulo Duarte, ameaçava a estrutura então vigente, como explicou Funari (1999:214): “Os diretores de museus e os arqueólogos tradicio-

---

<sup>39</sup> Não significa que não exista teoria arqueológica no Brasil, como bem demonstrou Funari (1999) ela existe, ainda que dificilmente explícita nas publicações. Entende-se, entretanto, que ela mantém-se distante dos debates teóricos contemporâneos e limitada a poucas interpretações.

nais, ligados ao sistema de compadrio dominante no país, nunca iriam propor tais medidas, que, inevitavelmente, desafiavam o nepotismo e as relações de clientela”.

Mas o golpe de 1964 colocou fim às mudanças estruturais, estendendo seus domínios sobre a universidade, através da repressão. O clientelismo e o compadrio estavam, então, organizados por um regime de força (Funari, 1999:214).

Em outubro de 1964, Clifford Evans e Betty Meggers organizaram um seminário para ensinar teoria e método de Arqueologia, voltado para a interpretação da cerâmica. Logo surgiu o Pronapa, formando arqueólogos voltados para o determinismo ecológico, distanciando-se de uma interpretação histórica.

Segundo Roosevelt (1991:107), a abordagem norte-americana influenciou brasileiros, “graças aos acordos entre instituições brasileiras e americanas e ao estabelecimento de uma rede de colegas e alunos”.

Paulo Duarte e outros acadêmicos foram expulsos da universidade, enquanto ameaçava-se fechar o Instituto de Pré-História, o que somente aconteceu em 1989, com a fusão com o MAE.

Entretanto, para alguns arqueólogos, “é falsa qualquer tentativa de politização da disciplina para este período”, como defende Barreto (1999:206) e outros arqueólogos que, no entanto, parecem preferir não escrever sobre o tema, deixando o silêncio encobrir o passado. Para Barreto, a arqueologia simplesmente não possuía um “quadro teórico compatível com as teorias e ideologias de esquerda da época e por não participar do engajamento político”. Continua a autora, afirmando que “não há registro de qualquer uso político do patrimônio arqueológico nacional por parte do regime militar”.

Esquece a autora, que na História nem tudo está explícito. Ora, se não havia engajamento político, por que Paulo Duarte foi cassado e expulso da Universidade? Lembramos ainda os casos de

Walter Neves e Solange Caldarelli, expulsos do MAE/USP. Mesmo se considerássemos o caso do não engajamento político de docentes de instituições arqueológicas ameaçadas pelo regime ditatorial, enquanto todos os demais se mobilizavam, já não constituiria um posicionamento político? Até mesmo na filosofia taoísta do século VII a.C. a não-ação tem seu significado, quanto mais a omissão para se beneficiar com cargos e pela manutenção dos privilégios.

Roosevelt (1991:107) mostrou como um grupo dominante na Arqueologia brasileira, da escola determinista, não permitia a publicação de estudos sob o viés da abordagem ecológica, “de descobertas dissonantes, como ‘datações muito complexas’ ou assentamentos pré-históricos complexos”. Isto nos remete, sim, a utilização da arqueologia para dar suporte a uma “concepção oficial de cultura” que, nas palavras de Gabriel Cohn (1987:7) significa “uma concepção de cultura de caráter unitário e globalizador, orientada para a referência à sociedade nacional, com respaldo institucional em órgãos do Estado e inspiradora de políticas culturais específicas”.

Para Leandro Konder (1987:11), como não bastava reprimir, os conservadores “se dispõem a usar o aparelho do Estado para cooptar produtores e difusores de cultura, arredondando-lhes as arestas, atenuando-lhes a combatividade, aparando-lhes as garras, entorpecendo-lhes a disposição crítica”.

Não podemos, pois, desprezar o patrimônio histórico e arqueológico, enquanto símbolo unificador para o Estado Nacional, se utilizado para esse fim, ou ameaçador da unidade, na medida em que revela a diversidade cultural e rompe com os marcos fundadores da nação.

A cultura material pode ser um “semióforo”, que no conceito de Chauí (2000:12) é: “um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de signi-

ficação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, (...). É um objeto de celebração (...)

E é através da celebração que se conserva a unidade. A nação produz semióforos nacionais, restaurando o patrimônio edificado e artístico, criando e incentivando museus, arquivos, bibliotecas, financiando pesquisas arqueológicas, etnográficas, etc.

O fenômeno não é explícito, e a ideologia oculta o Estado na sociedade civil através do discurso da organização (Chauí, 1980:9). A análise desta autora, dos discursos da competência e da organização, é paradigmática para compreendermos o caso da Arqueologia brasileira. O discurso competente é o discurso instituído, o do conhecimento, o do especialista, “proferido de um ponto determinado na hierarquia organizacional (...) e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa de cientificidade a existência real da dominação” (Chauí, 1980:1). Dissimula-se o conhecimento histórico, a reflexão e a possibilidade de mudanças.

Se analisarmos a atuação de uma parcela significativa dos arqueólogos brasileiros em instituições públicas e privadas, notaremos o seguinte. As informações circulam no meio acadêmico, restrito. As publicações especializadas possuem uma linguagem de difícil acesso para pessoas de outras áreas, bem como professores e sociedade em geral. Outras ciências também possuem revistas especializadas e linguagem de acesso restrito, mas conseguem transformar as informações e transmitir suas idéias de forma acessível, através de diversos meios de comunicação.

Na Arqueologia brasileira, ao contrário, tem-se a impressão que o conhecimento, circulando apenas entre seus pares, seria suficiente para atingir os objetivos (ou cumprir a obrigação de publicar). Há menos exposição do trabalho realizado, pode-se

contar com a cumplicidade dos “colegas” que dificilmente fazem grandes críticas, e não presta contas à sociedade de suas atividades.

Nesse sentido, é sintomática a situação de significativa parcela dos arqueólogos brasileiros, que realizam escavações arqueológicas sem autorização do Iphan, como determina a Lei Federal 3924/61 e a Portaria 07/88. Fato pouco divulgado são os embargos de escavações arqueológicas para esses casos, quando o Iphan toma conhecimento.

Recentemente, tal situação tem mudado. Alguns arqueólogos clássicos e profissionais da área de museologia deram importante colaboração nesse sentido. Os primeiros, pela própria necessidade de pesquisa no exterior, assimilaram novos ares, começaram a publicar artigos em revistas estrangeiras e, atuando também na Arqueologia brasileira, puderam desenvolver uma pesquisa mais independente, formando alunos com maior autonomia dos limites da estrutura institucional vigente, publicando livros didáticos e paradidáticos, socializando o conhecimento e fornecendo material de qualidade para estudos nas escolas.

Já a museologia, ao forçar uma reflexão sobre o passado das sociedades brasileiras e do processo de construção do conhecimento gerado pela Arqueologia, estimulou novos debates e deu um alcance às fontes arqueológicas que, aliada a uma nova geração de arqueólogos, está permitindo que as fontes arqueológicas sejam assimiladas na cultura brasileira.

Importante papel vem desempenhando os Museus Regionais, como órgãos difusores de conhecimento, de preservação e de apoio educacional. Juntamente com os “museus de sítio”, o patrimônio arqueológico começa a ser inserido em roteiros turísticos, aumentando o processo de conscientização e gerando renda.

Concluímos, portanto, que somente nesse último período estudado, com a Arqueologia nas universidades, os debates sobre preservação do patrimônio e a introdução concreta do tema no plano educacional, é que as fontes arqueológicas tiveram possibilidade de se inserir na cultura brasileira.

A construção do conhecimento a partir de fontes arqueológicas e conseqüente disseminação por meios científicos e de comunicação foram analisadas preliminarmente por esse artigo. As questões que esse tema suscita exigem pesquisas amplas que, esperamos, novas gerações de arqueólogos ao refletirem criticamente sobre seu ofício, debruçem-se sobre elas.

## BIBLIOGRAFIA

BARRETO, C. 1999. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 3:201-212.

BRUNO, M. C. O. et al. 1991. Um Olhar museológico para a arqueologia: a exposição "Pré-História Regional de Joinville". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1:113-129.

CALI, P. 2001a. Preservação do patrimônio arqueológico no plano municipal. *Anais do no I Encontro Sul Brasileiro de Educação Patrimonial*, Tubarão, UNISUL.

———. 2001b. Gestão do Patrimônio Arqueológico no município de Ilhabela/SP. *Anais do no I Encontro Sul Brasileiro de Educação Patrimonial*. Tubarão, UNISUL.

———. 2001c. A proteção do Patrimônio Cultural e o papel dos municípios. *Jornal da Ilha*, Ilhabela, jun., 49:10.

———. 1999. *Sítio Arqueológico Rio Comprido I e seu contexto no Vale do Paraíba*. Jacareí, Mirante do Vale.

CHAUÍ, M. 1980. *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna.

———. 2000. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

COHN, G. 1987. Concepção oficial de cultura e processo cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 22:07-10.

COSTA, A. 1980. *Introdução à arqueologia brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional.



- DE BLASIS, P. A. D. & PIEDADE, S. C. M. 1991. As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1:165-187.
- FERDIÈRE, A. 1980. La Fouille pour quoi faire? In: SCHNAPP, A. (Org.). *Archéologie aujourd'hui*. Paris, Hachette.
- FUNARI, P. P. A. 1998. *Teoria Arqueológica na América do Sul*. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- . 1999. A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia Sul-Americana: o caso brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 3:213-220.
- . 1999/2000. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 44:7-85.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1996. *Pesquisando São Paulo: 110 anos de criação da Comissão Geográfica e Geológica*. São Paulo, Instituto Geológico-SMA/Museu Paulista-USP/Instituto Florestal-SMA.
- HODDER, I. 1986. *Reading the Past. Current approaches to Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- . 1988. *Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales*. Barcelona, Crítica.
- IGLESIAS, F. 2000. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- KONDER, L. 1987. O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 22:11-17.
- MACKENZIE, R. & STONE, P. 1990. Introduction: the concept of the excluded past. In: MACKENZIE, R., STONE, P. (Ed.) *The excluded Past*. Londres, Unwin, pp. 1-14.
- PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, EdUnB, 1992.
- ROOSEVELT, A. C. 1991. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, Walter A. *Origem, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 103-141.
- SHANKS, M. & TILLEY, C. 1987. *Social Theory and Archaeology*. Cambridge, Polity.
- SODRÉ, N. W. 1972. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- TAMANINI, E. 1998. O museu, a arqueologia e o público: um olhar necessário. In: FUNARI, Pedro P. A. *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas, UNICAMP-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, pp. 179-220.

TELLES, N. de A. 1984. *Cartografia brasilis ou: esta história está mal contada*. São Paulo, Loyola.

VASCONCELOS, C. de M. 1994. A Pré-História Brasileira no Livro Didático de 1º Grau. TENÓRIO, M. C. & FRANCO, T. C. (Org.) *Seminário para a implantação da temática pré-histórica brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro, UFRJ/MN, pp. 9-20.

*Plácido Cali*

E-mail: [pcali@uol.com.br](mailto:pcali@uol.com.br)